

## **CBESQ – CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE QUELUZ**

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

#### ÍNDICE

• Identificação .....	2
• Referencial contabilístico de preparação das demonstrações Financeiras .....	2
• Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	2
• Principais políticas contabilísticas .....	2
• Activos fixos tangíveis .....	3
• Inventários .....	5
• Rendimentos e gastos .....	5
• Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	5
• Subsídios .....	6
• Instrumentos financeiros .....	6
• Fluxos de caixa .....	7
• Fundos patrimoniais .....	7
• Benefícios dos empregados .....	9
• Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	9
• Outras divulgações .....	10

## **EMPRESA: CBESQ – CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE QUELUZ**

### **ANEXO**

**31 de Dezembro de 2017**

---

O presente **Anexo**, relativo ao exercício económico que termina a 31 de Dezembro de 2016, procede à compilação das divulgações que a Associação considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.

As notas não mencionadas, não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram no exercício em causa.

#### **1. IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 - Denominação da entidade:** CBESQ – Centro de Bem Estar Social de Queluz

NIF : 500845565

**1.2 – Lugar da sede social:** Rua Paulo Reis Gil, 48                      2745-195 Queluz

**1.3 - Natureza da actividade:** Associação sem fins lucrativos – IPSS

A entidade dedica-se ao apoio à infância e idosos.

#### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 –** As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC). Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

**2.2 –** Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

**2.3 –** Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve alterações nos procedimentos

#### **3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

**3.1 – Principais políticas contabilísticas**

**a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

**b) Outras políticas contabilísticas:**

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

#### **c) Principais pressupostos relativos ao futuro:**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos.

Deste modo, as demonstrações financeiras informam não só as transações passadas envolvendo o recebimento e o pagamento de caixa, mas também as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representam caixa a ser recebida no futuro.

#### **d) Principais fontes de incerteza das estimativas:**

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

### **3.2 - ALTERAÇÕES NAS POLITICAS CONTABILISTICAS**

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

### **3.3 – ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS**

Não houve alterações

### **3.4 – CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES**

Não foi detetado nenhum erro relevante relativamente ao período anterior.

## **4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

### **4.1 – Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis**

#### **a) Critérios de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

#### **b) Métodos de depreciação usados**

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a partir do momento em que os mesmos se encontram disponíveis para utilização.

#### **c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas**

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às definidas no Decreto regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro, com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

<b>Ativo fixo tangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento básico	7 e 20 anos
Equipamento administrativo	3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	4 a 14 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

#### d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Neste exercício as variações de activos fixos foram as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Rubricas	Saldo Inicial 1/01/2017	Reaval/Ajust.	Aumentos	Alienações	Transf/Abates	Saldo Final 31/12/2017
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	124.699,47					124.699,47
Edifícios e outras construções	2.335.917,04		13.514,76			2.349.431,80
Equipamento básico	93.302,40		19.757,45			113.059,85
Equipamento de transporte	30.507,23					30.507,23
Equipamento administrativo	424.290,14		8763,02			433.053,16
Outros ativos fixos tangíveis	33.754,89		5.144,01			38.898,90
<b>TOTAL</b>	<b>3.042.471,17</b>					<b>3.089.650,41</b>
Investimentos em curso – activos tangíveis	349.570,08					349.570,08
<b>TOTAL</b>	<b>3.392.041,25</b>		<b>47.179,24</b>			<b>3.439.220,49</b>

DEPRECIACIONES E AJUSTAMENTOS				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anul/Reversão	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	851.561,36	47.381,19		898.942,55
Equipamento básico	67.102,02	12.731,95		79.833,97
Equipamento de transporte	28.047,23	1.230,00		29.277,23
Equipamento administrativo	383.184,27	8.173,19		391.357,46
	<b>1.329.894,88</b>	<b>69.516,33</b>		<b>1.399.411,21</b>

	Ativos fixos tangíveis	Depreciações	Valor final dos ativos
<b>RESUMO</b>	3.089.650,41	1.399.411,21	1.690.239,20

O investimento em curso diz respeito à obra do edifício de Queluz – Sol Dourado iniciada em 2013 e que se encontra à espera de licença de utilização.

#### 4.2 – DIVULGAÇÕES SOBRE RESTRIÇÕES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos

*Não aplicável*

#### 5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

*Não aplicável*

## 6 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

### 6.1 – Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

CUSTO EMPRESTIMOS OBTIDOS			
Entidade	VALOR INICIAL	SALDO 31/12/2017	CUSTO NO EXERCICIO
Montepio Geral	50 000,00	18 005,96	1 079,96

## 7 – INVENTÁRIOS

### 7.1 – Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários

Não aplicável

## 8 – RENDIMENTOS E GASTOS

### 8.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os rendimentos estatutários, que correspondem essencialmente a quotizações, são reconhecidos na demonstração de resultados à data do seu recebimento.

Os subsídios contabilizados dizem respeito à especialização dos mesmos em função dos gastos incorridos nos projectos que lhes são afectos.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

RÉDITOS		
Categoria	2017	2016
Vendas de bens		
Prestações de serviços	1 042 206,00	1 002 310,78
Donativos	14 347,25	6 120,00
Receitas estatutárias - quotas	497,73	1 189,65
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1 057 051,98</b>	<b>1 009 620,43</b>
Subsídios	942 929,45	863 722,33
Outros rendimentos e ganhos	80 704,51	142 835,67
Juros	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2 080 685,94</b>	<b>2 016 178,43</b>

O valor da rubrica de outros rendimentos e ganhos inclui a imputação do subsídio ao investimento no valor de 47 381,19€ .

## 9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

### 9.1 – Provisões

Sempre que a Associação reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual e fiável.

À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

Não aplicável neste exercício

## 10 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

### Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Associação reconhece subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento dos vários projectos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			
	31/12/2017	31/12/2016	
ISS	930 829,45	852 029,33	
Outras entidades	12 100,00	11 693,00	
<b>TOTAL</b>	<b>942 929,45</b>	<b>863 722,33</b>	

### 10.1 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO	SALDO 31/12/2016		RENDIMENTO RECONHECIDO EXERCÍCIO 2017	SALDO 31/12/2017
Subsídios estado	687 545,57		44 311,47	643 234,10
Outras Entidades				
Camara Municipal Sinta - Obras	36 570,47			36 570,47
Camara Municipal Sinta - Obras	42 005,47		3 069,72	38 935,75
Camara Municipal Sintra-Obra SD	25 000,00			25 000,00
Camara Municipal Sintra-Obra SD	175 530,08			175 530,08
<b>TOTAL</b>	<b>966 651,59</b>		<b>47 381,19</b>	<b>919 270,40</b>

### 10.2 – Benefícios sem valor atribuído

Não aplicável

### 10.3 - Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas coletivas com um contributo no montante de 13 400, 00€ .

## 11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

### 11.1 – Bases de mensuração e políticas relevantes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando há informação objectiva da incobrábilidade da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

No presente exercício foram reconhecidas as seguintes imparidades:

IMPARIDADES			
	2017	2016	
Dividas a receber de utentes:			
Reforço das perdas por imparidade	17 426,00	23 157,76	
Reversão de perdas por imparidade			
<b>TOTAL</b>	<b>17 426,00</b>	<b>23 157,76</b>	

### Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

### Instrumentos financeiros de médio e longo prazo

Consideram-se instrumentos financeiros de médio e longo prazo, sempre que a sua conversão em caixa ou seus equivalentes, corresponda a um período superior a um ano. Neste caso, utiliza-se, para a sua mensuração, o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado à taxa de juro efectiva.

### 11.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

### Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 90 dias e 180 dias, sendo os juros creditados na conta depósitos à ordem, na data do respectivo vencimento.

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa, depósitos bancários e outros investimentos:

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 758,02	309 042,26	309 222,22	1 578,06
Depósitos à ordem	150 248,86	2 852 138,19	2 867 047,69	135 339,36
Outros depósitos bancários	0,00			0,00
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>152 006,88</b>			<b>136 917,42</b>
Fundos Investimento	0,00			0,00

### 11.3 – Fundos patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais são constituído por Reservas e Resultados Transitados .

VARIAÇÕES NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS				
Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundos	88 185,78			88 185,78
Reservas	141 253,97			141 253,97
Resultados transitados	815 767,78		75 784,73	891 552,51
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	966 651,59	47 381,19		919 270,40
<b>Total</b>	<b>2 011 859,12</b>			<b>2 040 262,66</b>

#### 11.4 – Ativos financeiros dados em garantia

Não aplicável

#### 11.5 – Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### Fornecedores e outros credores

A 31 de Dezembro de 2017 a conta de fornecedores e outras contas a pagar apresentava a seguinte decomposição:

FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES			
Rubricas	31/12/2017	31/12/2016	
Fornecedores c/c	47 368,75	32 717,73	
Estado e outros entes publicos	67 943,84	65 405,63	
Credores diversos	129 643,46	180 567,67	
Financiamentos obtidos	18 005,96	28 132,62	
<b>TOTAL</b>	<b>262 962,01</b>	<b>315 187,69</b>	

As contas a pagar resultam da actividade normal, não existindo valores em situação de mora.

#### 11.6 – Ajustamentos

Não aplicável

#### 11.7 – Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço

##### a) Dívidas à entidade

O saldo da conta Utentes c/c corresponde aos serviços prestados pela Associação, corresponde ao valor nominal do serviço prestado com probabilidade razoável de ser recebido no horizonte de um ano.

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES			
Rubricas	31/12/2017	31/12/2016	
Utentes c/c	59 482,58	53 573,44	
Utentes cobrança duvidosa	52 277,82	69 703,82	
Sector Publico Adm.	11 061,38	11 272,17	
Devedores diversos	51 560,11	52 729,50	
<b>TOTAL</b>	<b>174 381,89</b>	<b>187 278,93</b>	

##### b) Diferimentos

Em decorrência da adopção do princípio da periodização económica, foram diferidos para os períodos subsequentes a que respeitam quer os gastos já pagos, quer os rendimentos já recebidos, conforme o quadro seguinte:

DIFERIMENTOS		
	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Seguros	478,08	0,00
Rendas e alugueres		
<b>TOTAL DE GASTOS A RECONHECER</b>	<b>478,08</b>	<b>0.00</b>
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Mensalidades	10 585,39	11 642,88
<b>TOTAL DE PROVEITOS A RECONHECER</b>	<b>11 063,47</b>	<b>11 642,88</b>



## 12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 12.1-Pessoal ao serviço da empresa :

O número médio de trabalhadores no exercício foi de 89.

#### Benefícios dos empregados e encargos da entidade:

GASTOS COM PESSOAL		
Descrição	2017	2016
Remunerações com pessoal	1 111 488,57	1 082 197,71
Indemnizações	1 968,50	2 867,51
Encargos sobre remunerações	246 789,75	237 752,10
Seguros acidentes de trabalho	29 018,74	29 512,63
Gastos acção social		
Outros gastos com pessoal	14 067,83	11 735,03
<b>TOTAL</b>	<b>1 403 333,39</b>	<b>1 364 064,98</b>

## 13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Não existem factos relevantes conhecidos

## 14 – AGRICULTURA

Não aplicável

## 15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

### 15.1 – Quantia agregada ao dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecida como gasto durante o exercício.

Não aplicável

## 16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1 – Não aplicável

### 16.2 – Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

#### Número médio de utentes por valências, no exercício:

Creche	72
Pré-escolar	144
CATL	44
Lar	60
Centro de dia	25

#### Informação por actividade económica:

	2017	2016
Prestações de serviços	1 009 780,10	1 009 620,43
Fornecim. e serviços externos	397 418,62	344 895,81
Custo mat.consumo - alimentação e outros	175 541,90	162 905,99

**Outros gastos e perdas:**

<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Impostos (IMI,IMT, IVA, I.Selo,Taxas)		960,33
Multas e coimas	1 239,06	
Donativos		
Quotizações	604,00	
Gastos exercício anterior		1 124,92
Outros gastos	2,40	1 572,00
<b>Total</b>	<b>1 845,46</b>	<b>3 657,25</b>
Juros suportados	1 079,96	1 697,39
<b>Total</b>	<b>2 925,42</b>	<b>5 354,64</b>

**Outros rendimentos e ganhos:**

<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Proveitos de exercícios anteriores – Comp.Salarial		78 184,32
Correções exercícios anteriores		
Imputação subsídios ao investimento	47 381,19	46 364,79
Outros rendimentos	33 323,32	12 628,93
<b>Total</b>	<b>80 704,51</b>	<b>142 835,67</b>
Juros obtidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>80 704,51</b>	<b>142 835,67</b>

**16.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

O CBESQ Centro de Bem Estar Social de Queluz é uma IPSS, entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º n.º 1 alínea b) do CIRC.

**16.4 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS**

<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
FRSS – Fundo Reestruturação do Setor Solidário	0,00	737,76

Esta rubrica, parte integrante do activo da Associação, diz respeito às verbas retidas pela Segurança Social aquando do pagamento das participações mensais a favor do Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS).

No presente exercício foi implementado um novo programa informático de gestão e contabilidade o que provocou algumas diferenças na apresentação de contas em relação ao ano anterior, continuando a ser feito um esforço no sentido de corrigir imprecisões ocorridas em anos transatos, de modo a que as demonstrações financeiras apresentadas nesta data retratem de forma o mais exato possível a posição financeira da Associação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

CBESQ - CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE QUELUZ  
BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de DEZEMBRO de 2017

Data: 2017/12/31  
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/17	31/dez/16
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	4	1 690 239,20	1 681 367,50
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	16.4	737,76	737,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados			
Outros créditos e ativos não correntes	4	349 570,08	380 778,87
		<b>2 040 547,04</b>	<b>1 682 105,26</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	11.5	8 445,20	3 940,44
Créditos a receber	11.7	111 760,40	123 277,26
Estado e outros entes públicos	11.7	11 061,38	11 272,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados			
Diferimentos	11.7	20 113,99	
Outros ativos correntes	11.7	52 366,46	52 729,50
Caixa e depósitos bancários	11.2	136 917,42	152 006,88
		<b>340 664,85</b>	<b>343 226,25</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>2 381 211,89</b>	<b>2 025 331,51</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	11.3	88 185,78	88 185,78
Excedentes técnicos			
Reservas	11.3	141 253,97	141 253,97
Resultados transitados	11.3	891 552,51	815 767,78
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	11.3	919 270,40	966 651,59
		<b>2 040 262,66</b>	<b>2 011 859,12</b>
Resultado líquido do período		14 524,28	75 784,73
		<b>2 054 786,94</b>	<b>2 087 643,85</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>		<b>2 054 786,94</b>	<b>2 087 643,85</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	11.5	18 005,96	28 132,62
Outras dívidas a pagar			
		<b>18 005,96</b>	<b>28 132,62</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.5	47 368,75	32 717,73
Estado e outros entes públicos	11.5	67 943,84	65 405,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	11.7	10 585,39	11 642,88
Outros passivos correntes	11.5	182 521,01	180 567,67
		<b>308 418,99</b>	<b>290 333,91</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>326 424,95</b>	<b>318 466,53</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 381 211,89</b>	<b>2 406 110,38</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO (NR 87085)

A DIREÇÃO

CBESQ - CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE QUELUZ  
 DEMONSTRAÇÃO (INDIVIVUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2017

Data: 2017/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimento de clientes		1 051 322,10	1 083 261,31
Pagamento a fornecedores		-573 739,83	-535 443,75
Pagamentos ao pessoal		-1 112 262,66	-1 364 064,98
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-634 680,39</b>	<b>-816 247,42</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		722 581,03	938 323,54
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>87 900,64</b>	<b>122 076,12</b>
<b>Fluxos de caixa das Actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-44 402,29	-21 704,80
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			-737,76
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de Caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-44 402,29</b>	<b>-22 442,56</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
<b>Outras operações de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-10 126,66	-9 698,54
Juros e gastos similares		-1 079,96	-1 697,39
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de Capital próprio		-47 381,19	-46 364,79
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-58 587,81</b>	<b>-57 760,72</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-15 089,46</b>	<b>41 872,84</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		152 006,88	110 134,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		136 917,42	152 006,88

CONTABILISTA CERTIFICADO (NR 85087)

A DIREÇÃO

CBESQ - CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE QUELUZ  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2017

Data: 2017/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	1 057 051,98	1 009 620,43
Subsídios, doações e legados à exploração	8	942 929,45	863 722,33
Variação nos inventário de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	-175 541,90	-162 905,99
Fornecimento e serviços externos	16	-397 418,62	-344 895,81
Gastos com o pessoal	12	-1 403 333,39	-1 364 064,98
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-17 426,00	
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	16	80 704,51	142 835,67
Outros gastos	16	-1 845,46	-3 657,25
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>85 120,57</b>	<b>140 654,40</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-69 516,33	-63 172,28
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>15 604,24</b>	<b>77 482,12</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	16	-1 079,96	-1 697,39
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>14 524,28</b>	<b>75 784,73</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>14 524,28</b>	<b>75 784,73</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO (NR 87085)

A DIREÇÃO